

Prefácio

Será à arqueologia de corte processual, e à revolução metodológica que esta impôs à prática arqueológica, que pode ser assacada grande parte da responsabilidade pelo despertar dos estudos faunísticos. Com efeito, algum determinismo tecno-ambiental que emana desta corrente de pensamento determinou a importância atribuída ao meio físico e acabou por conduzir a uma hiper valorização de todos os componentes ambientais dos sistemas sociais do passado. Assim, o paleoambiente, em todas as suas vertentes, não poderia deixar de ser avaliado com detalhe, uma vez que era ele que definia, quase exclusivamente, a história de um grupo social, cujo comportamento era, afinal, pouco mais que uma reacção adaptativa ao meio ecológico circundante.

Independentemente da perspectiva teórica que está por detrás desta corrente de pensamento poder ser criticada, até pela sua posição algo darwinista dos processos sociais, a verdade é que o contributo que deu a nível metodológico foi muito grande. E ainda que o radicalismo das propostas de análise do passado veiculadas pela «Nova Arqueologia» não tenha já grande aceitação, a verdade é que as metodologias preconizadas pelos processualistas foram adoptadas pelas correntes de pensamento de recorte pós moderno.

É, de facto, hoje inconcebível que a recolha dos dados de uma escavação se faça com base numa triagem que valoriza apenas os artefactos, ou mesmo apenas alguns deles (concretamente os melhor conservados, os maios exóticos ou os mais «museografáveis»), como aconteceu durante quase toda a primeira metade do século XX. Os elementos que permitem conhecer a cobertura vegetal do território em que o sítio escavado se implanta ou a dieta alimentar da comunidade humana que o habitou, por exemplo, são hoje considerados tão importantes como os bens importados que essa mesma comunidade consumiu ou a forma como estruturou arquitectonicamente os espaços que habitou.

Em Portugal, a recolha destes elementos no decorrer do processo arqueológico é uma prática relativamente recente. De forma sistemática, ela foi apenas iniciada no final dos anos 70 do século XX, quando as perspectivas teóricas da «Nova Arqueologia» começaram, ainda que timidamente, a penetrar num território dominado por tendências histórico-culturalistas evidentes. Mas também a presença de equipas de investigação exteriores ao território peninsular, equipas que utilizavam metodologias por cá desconhecidas, marcou a arqueologia portuguesa da segunda metade do século XX. O «projecto do Zambujal», por exemplo, deu um contributo decisivo na formação de uma geração que percebeu a urgência da sua própria actualização metodológica. E a recolha e estudo das faunas do sítio calcolítico da Estremadura teve um forte impacto na ala mais jovem da comunidade científica portuguesa. No entanto, a vontade dos processualistas lusos, e dos seus «compagnons de route», de aplicar as novas metodologias de análise esbarrava sistematicamente na inexistência, em Portugal, de especialistas vocacionados para os estudos paleo ambientais. E o recurso a investigadores estrangeiros foi então, e é aliás em parte ainda hoje, incontornável.

A inclusão de estudos faunísticos nos trabalhos publicados nos anos 80 do século passado foi ainda rara, mas devem destacar-se os que foram publicados por Victor S. Gonçalves, sobre sítios do Alto Algarve Oriental e por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, a propósito de outros localizados no Alentejo central e litoral.

Os objectivos então definidos traçaram uma linha que não permitia desvios, e o caminho que se iniciou não registou qualquer retorno. Os anos 90 assistiram ao desenvolvimento, em Portugal, dos estudos das faunas recuperadas em escavações arqueológicas, desenvolvimento que muito se deve a Telles Antunes, primeiro, e a João Luís Cardoso, depois.

Não posso deixar, no entanto, ainda de referir que, nesta matéria, à semelhança de em outras de cariz metodológico e teórico, os primeiros passos foram registados na Pré-História, e que a Arqueologia Clássica e Muçulmana, e mesmo sidérica, permaneceram, durante largos anos, exteriores a esta nova tendência. E foram justamente os dois professores anteriormente citados que, a partir dos finais da década de 80 do século XX, e sobretudo na de 90, iniciaram um processo de colmatação desta tendência, ao estudar arqueofaunas de sítios medievais (entre outros, Silves, Alcaria Longa, Mértola, Mesas do Castelhinho e Castelo Velho de Alcoutim) e de outros datados da Idade do Ferro, nomeadamente Almaraz, Abul, Rocha Branca, Garvão e Santarém.

Quando, em finais da década de 90 do século passado, o Instituto Português de Arqueologia foi planeado, o seu organograma contemplava a criação de um Centro de Investigação em Paleoecologia Humana onde os dados ambientais dos sítios arqueológicos seriam estudados. A criação do CIPA e a nova legislação produzida provocaram forte impacto na comunidade arqueológica portuguesa, que podia, por fim, dispor de um conjunto de investigadores especializados e vocacionados para este tipo de pesquisa.

Por outro lado, a mesma política conduziu à estruturação da actividade arqueológica em Planos Nacionais de Trabalhos Arqueológicos, no âmbito dos quais um projecto sobre as ocupações antigas da Alcáçova de Santarém foi aprovado.

Nesse projecto, pretendia-se analisar a ocupação humana do planalto sobranceiro ao rio Tejo, em todas as vertentes possíveis. Daí que a recuperação integral dos elementos faunísticos (entre muitos outros) encontrados no decorrer das escavações tenha norteado os trabalhos de campo. Ao nível das faunas, foi recolhido um abundantíssimo espólio que foi possível associar às diversas fases da ocupação humana definidas no sítio, concretamente a Idade do Ferro, a Época romana, e o período medieval.

A dimensão do conjunto e, sobretudo, a sua integração estratigráfica em todos os momentos da longa diacronia observada permitiam uma avaliação da evolução, ao longo de dois milénios e meio, da dieta alimentar dos habitantes do sítio, e podiam contribuir também com dados importantes sobre a própria natureza da cobertura vegetal da área envolvente.

Minuciosamente, Simon Davis, observou, contou, mediu, inventariou os ossos dos animais que há muitos anos tinham vivido em Santarém. Verificou a antiguidade dos galináceos, antiguidade que deve ser relacionada com a presença de Fenícios no vale do Tejo em momento recuado da Idade do Ferro. Tornou claro o peso da actividade cinegética durante o I milénio a.C. e percebeu que, no período muçulmano, os suínos diminuíram drasticamente, diminuição que poderá ser assacada à islamização do sítio. Muitas outras conclusões foram possíveis de retirar dos muitos milhares de ossos que Simon Davis estudou com tanto detalhe, como por exemplo o facto de ser evidente que as alterações verificadas nos restos dos ovinos decorriam de um processo intencional de melhoramento desta espécie.

Saúda-se, pois, a publicação de uma obra cuja importância excede o simples âmbito regional, uma vez que o estudo efectuado acaba por levantar questões de natureza mais vasta que importa averiguar em sítios coevos.

O estudo de Simon Davis inscreve-se, como já acima referi, num projecto que visa a publicação integral dos resultados obtidos durante as escavações arqueológicas que,

conjuntamente com Catarina Viegas, dirigi na Alcáçova de Santarém. Muitos trabalhos foram já publicados, quer sobre a Idade do Ferro, quer sobre as ocupações romana e medieval. Os resultados publicados nesses trabalhos, bem como os que agora são tornados públicos, e os que estão ainda em curso, como os que dizem respeito à palinologia, carpologia e antracologia (também da responsabilidade do CIPA), serão incluídos no trabalho monográfico que está planeado.

O livro que agora se dá à estampa é um importante contributo para o estudo das ocupações antigas de Santarém. Por isso estive sempre disponível para fornecer ao Simon todas as informações contextuais e estratigráficas de que necessitou, bem como a bibliografia arqueológica sobre a evolução material e humana do planalto da Alcáçova. E a sua afabilidade tornou um prazer as muitas conversas que tivemos a propósito de Santarém e das suas faunas.

Lisboa, Abril de 2005

ANA MARGARIDA ARRUDA

Centro de Arqueologia. Faculdade de Letras
a.m.arruda@fl.ul.pt